



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS

**LEI Nº. 543 DE 21 DE SETEMBRO DE 2022.**

**INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO, DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS/PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS, ESTADO DA PARAÍBA,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Esta Lei institui a Política Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência no município, dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal

---

Praça Bossuet Wanderley, 61, Centro, CEP: 58.723-000

CNPJ: 08.882.730/0001-75

[www.saojosedeespinharas.pb.gov.br](http://www.saojosedeespinharas.pb.gov.br) // [prefeitura@saojosedeespinharas.pb.gov.br](mailto:prefeitura@saojosedeespinharas.pb.gov.br)

São José de Espinharas/PB

de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Institui o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São José de Espinharas/PB.

## **CAPÍTULO I**

### **Da Política Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência de São José de Espinharas**

**Art. 2º.** Fica instituída a Política Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência de São José de Espinharas, como estratégia permanente do Poder Público para a garantia do pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência.

**Art. 3º.** Para os efeitos desta Lei, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

**Art. 4º.** A Política Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência de São José de Espinharas será implementada pelo Município, em cooperação com o Estado e a União, com a participação da sociedade civil e de instituições privadas.

**Art. 5º.** Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

**Art. 6º.** O atendimento dos Direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito Municipal far-se-á através de:

**I - Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Cultura, Habilitação e Reabilitação, e outras que assegurem a sua total integração à sociedade em condições plenas de dignidade;**

**II - Políticas e Programas de Assistência Social;**

**III - Programas de Habilitação, Reabilitação e Geração de Emprego e Renda.**

**Art. 7º.** São objetivos da Política Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência, a serem viabilizados pelo Município:

**I - desenvolver projetos para informar, esclarecer e mobilizar a sociedade no sentido de rever dogmas, tabus, com vistas a eliminar barreiras culturais que dificultem o pleno exercício da cidadania dessa parcela da população;**

**II - dar todo o suporte necessário para o planejamento e execução dos programas de governo, especialmente nas áreas citadas no art. 5º desta lei, se atendidas às especificidades das pessoas com deficiência;**

**III - promover as parcerias com o setor privado e com os governos Estadual e Federal e políticas locais de atenção à pessoa com deficiência;**

**IV - implantar e implementar serviços de reabilitação para atender às demandas das pessoas com deficiência do Município de São José de Espinharas;**

**V - viabilizar os equipamentos de órteses, próteses e outros materiais adaptados, para uso pessoal das pessoas com deficiência, distribuindo gratuitamente ou subsidiando;**

**VI - viabilizar o financiamento de atividades econômicas para as pessoas com deficiência e suas famílias, como forma de gerar emprego e renda;**

**VII - dar formação adequada aos recursos humanos do município, com vistas a garantir o acesso das pessoas com deficiência em igualdade de condições aos serviços públicos;**

**VIII - incluir conteúdos específicos nos currículos escolares de ensino fundamental que possibilitem os docentes e técnicos trabalharem as diferenças individuais no contexto educacional;**

**IX** - implantar salas de apoio de atendimento inclusivo nas escolas municipais para as pessoas com deficiência;

**X** - atender, prioritariamente, em unidades públicas municipais, pessoas com deficiência severa ou profunda que não possam frequentar a rede regular de educação;

**XI** - oferecer condições de acessibilidade para a pessoa com deficiência nos logradouros e prédios públicos, nos meios de transportes e, se necessário, remover barreiras arquitetônicas que possam dificultar o seu livre acesso;

**XII** - desenvolver projetos de prevenção à deficiência de maneira articulada com as demais políticas públicas e entidades da sociedade civil;

**XIII** - garantir locais acessíveis para a prática de esportes nas áreas públicas do município, incentivando a pessoa com deficiência na referida prática, bem como na participação de campeonatos e olimpíadas;

**XIV** - garantir capacitação contínua de profissionais com deficiência que trabalham na área de esportes no município;

**XV** - organizar, na rede pública de saúde, serviços especializados dos quais as pessoas com deficiência necessitem para manter ou recuperar as condições adequadas de saúde, com atendimento prioritário nas marcações de consultas, nas consultas e na realização de exames;

**Parágrafo único.** O disposto no inciso XI deste artigo aplica-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Competência do Município**

**Art. 8º.** O Município, no que tange à Política de Atenção à Pessoa com Deficiência, tem por competência:

**I** - normatizar, estruturar e implementar as respectivas ações setoriais;

**II** - prestar cooperação técnico-institucional para o desenvolvimento da política de atenção à pessoa com deficiência, na execução dos programas e projetos específicos do seu campo de atuação;

**III** - destinar, anualmente, recursos orçamentários necessários para viabilizar o desenvolvimento das ações propostas;

**IV** - criar mecanismos que viabilizem uma efetiva integração de ações entre si e os seus correspondentes nos níveis estadual e federal, no que tange à Política de Atenção à Pessoa com Deficiência;

**V** - apresentar, anualmente, ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São José de Espinharas/PB (CMDPD/São José de Espinharas/PB), relatórios estatísticos, avaliativos e financeiros de ações desenvolvidas no âmbito da Política de Atenção à Pessoa com Deficiência, a fim de subsidiar modificações metodológicas e procedimentos operacionais.

### **CAPÍTULO III**

#### **Do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São José de Espinharas/PB**

##### **SEÇÃO I**

###### **Da Sigla, Da Natureza e Finalidade do Conselho**

**Art. 9º.** O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São José de Espinharas/PB, instituído por Lei Municipal, terá a sigla CMDPD /São José de Espinharas/PB.

**Art. 10º.** O CMDPD/São José de Espinharas/PB, órgão representativo e colegiado, de caráter permanente, paritário e deliberativo, será composto por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área.

**Parágrafo único.** Com a finalidade de promover a implementação e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência no Município de São José de Espinharas, CMDPD/São José de Espinharas/PB

será vinculado administrativa e financeiramente à Secretaria Municipal de Assistência Social.

## **SEÇÃO II**

### **Das Competências do Conselho**

**Art. 11º.** Compete ao CMDPD/São José de Espinharas/PB:

**I** - aprovar o Plano de Aplicação dos recursos financeiros do FMDPD/São José de Espinharas/PB;

**II** - fiscalizar e supervisionar a aplicação dos recursos destinados à execução de programas e projetos em execução, definindo providências a serem adotadas pelo Poder Executivo nos casos de infrações constatadas;

**III** - baixar normas e instruções acerca dos procedimentos específicos que deverão ser adotados na gestão do FMDPD/São José de Espinharas/PB, visando o aprimoramento de suas finalidades;

**IV** - analisar as prestações de contas dos investimentos financiados com recursos do FMDPD/São José de Espinharas/PB;

**V** - zelar pela efetiva implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

**VI** - formular diretrizes e promover planos, políticas e programas nos segmentos da administração local para a garantia dos direitos e a inclusão da pessoa com deficiência;

**VII** - acompanhar o planejamento e avaliar a execução, mediante relatórios de gestão, das políticas e programas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana e outras que objetivem a inclusão da pessoa com deficiência;

**VIII** - apreciar e deliberar previamente sobre projetos de lei do Poder Executivo, planos, programas e demais ações de interesse das pessoas com deficiência;

**IX** - recomendar o cumprimento e divulgar as leis municipais que tratem dos direitos das pessoas com deficiência;

**X** - propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

**XI** - propor e incentivar a realização de campanhas e diagnósticos visando à prevenção de deficiências e a promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

**XII** - receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da pessoa com deficiência, asseguradas nas leis e na Constituição Federal, exigindo a adoção de medidas efetivas de proteção e reparação;

**XIII** - cumprir e fazer cumprir as Resoluções emanadas do CMDPD/São José de Espinharas/PB;

**XIV** - avaliar, fiscalizar, propor e acompanhar o repasse e aplicação dos recursos do FMDPD/São José de Espinharas/PB na execução da política das pessoas com deficiência;

**XVI** - apreciar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária municipal no que diz respeito consecução dos objetivos aqui tratados;

**XVII** - apreciar e fiscalizar as ações desenvolvidas no âmbito da Política de Atenção à Pessoa com Deficiência no Município;

**XVIII** - convocar as Assembleias de eleições dos representantes das entidades não governamentais, quando ocorrer vacância ou término de mandato de representantes, ou no final do mandato;

**XIX** - solicitar ao Prefeito ou autoridade por ele constituída, a indicação do Conselheiro titular e suplente, em caso de vacância ou término de mandato de representantes dos Órgãos Públicos;

**XX** - elaborar e aprovar seu Regimento Interno e suas alterações, contendo a natureza e as finalidades do CMDPD/São José de Espinharas/PB, atribuições e competências, estrutura das atividades e regulamentos;

**XXI** - promover, estimular e apoiar a organização e a mobilização das comunidades interessadas na temática da pessoa com deficiência em geral, e da própria pessoa com deficiência em particular

**XXII** - definir em conjunto com a administração municipal, os cargos e os empregos a ser reservados à pessoa com deficiência;

**XXIII** - manifestar-se sempre que a pessoa com deficiência tiver seus direitos violados ou forem vítimas de discriminação, bem como manifestar em defesa da pessoa com deficiência através de todos os meios legais que se fizerem necessários;

**XXIV** - organizar, incentivar e apoiar eventos sobre temas que visem o aprimoramento dos profissionais que trabalham com a pessoa com deficiência e ao aprofundamento dos debates sobre temas do mesmo assunto/ espécie;

**XXV** - organizar, incentivar e apoiar campanhas de conscientização ou programas educativos dirigidos à sociedade em geral e, particularmente, às empresas públicas e privadas sobre as potencialidades da pessoa com deficiência e seus direitos inalienáveis como seres e cidadãos;

**XXVI** - realizar a cada dois anos, a Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

**Art. 12.** Aos membros do CMDPD/São José de Espinharas/PB será facilitado o acesso aos diversos setores da Administração Pública, especialmente aos programas prestados às pessoas com deficiência, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões, propostas e ações, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse da pessoa com deficiência;

### **SEÇÃO III**

#### **Da Constituição e da Composição do Conselho**

**Art. 13.** O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São José de Espinharas/PB será composto por 08 (oito) conselheiros titulares e respectivos suplentes, com mandato de três anos a

contar da data da posse, permitida uma única recondução por igual período.

**Art. 14.** A composição dar-se-á por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, assim definida:

**I - 04** (quatro) representantes do Poder Público, a saber:

- a)** um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo;
- b)** um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c)** um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho, Cidadania e Habitação;
- d)** um representante da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos;

**II - 04** (quatro) representantes da Sociedade Civil, de entidades não governamentais, atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, sendo:

- a)** um representante de usuários com deficiência maior de dezoito anos; ou seu responsável;
- b)** um representante dos prestadores de serviço da área de saúde;
- c)** um representante das Instituições de Ensino da área da saúde ou educação de São José de Espinharas;
- d)** um representante de serviços da área da assistência social;

**§ 1º.** Cada conselheiro do CMDPD/São José de Espinharas/PB terá um suplente do mesmo órgão/entidade do qual representa.

**§ 2º.** Os conselheiros do CMDPD/São José de Espinharas/PB, de que trata o inciso I deste artigo, e seus respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos que representam.

**§ 3º.** Os suplentes substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos e, em caso de vacância, assumirá a titularidade do Conselho.

**Art. 15.** Os membros do CMDPD/São José de Espinharas/PB e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

**Art.16.** Uma vez em exercício, o conselheiro ausente poderá ser substituído, caso deixe de comparecer a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas e/ou, ainda, quando não desempenhar satisfatoriamente suas funções.

**Art. 17.** As funções de conselheiro não serão remuneradas e o seu exercício será considerado serviço público relevante.

**Art. 18.** O CMDPD/São José de Espinharas/PB reunir-se-á, ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando se fizer necessário.

**Art. 19.** As decisões do CMDPD/São José de Espinharas/PB serão tomadas com a presença de, no mínimo, 2/5 (dois quintos) dos conselheiros presentes, tendo o presidente o voto de qualidade.

**Art. 20.** O CMDPD/São José de Espinharas/PB terá uma Secretaria Executiva, podendo quando necessário, para tanto, solicitar a colaboração de servidores do Poder Executivo Municipal.

**Art. 21.** O CMDPD/São José de Espinharas/PB será dirigido por uma Diretoria composta por 01 (um) Presidente, 01(um) Vice-Presidente, a serem eleitos pelos representantes nomeados, em votação secreta, garantindo-se que sejam ocupados por representantes da área governamental e o outro por representantes da sociedade civil, e 01 (um) Secretário executivo que será nomeado pelo Poder Público Municipal.

**Art. 22.** Caberá ao órgão de vinculação do CMDPD/São José de Espinharas/PB assegurar a manutenção da infraestrutura, a garantia de recursos materiais e humanos, bem como o apoio operacional para o seu funcionamento.

**Art. 23.** As deliberações do CMDPD/São José de Espinharas/PB produzirão efeitos a partir da publicação de suas Resoluções no Diário Oficial do Município.

**Art. 24.** Após a publicação desta Lei, o Executivo Municipal indicará, no prazo de sessenta dias, os representantes da área governamental, solicitando às entidades não governamentais que, no mesmo prazo, também indiquem seus representantes para a devida nomeação.

**Parágrafo único.** No prazo de 15 (quinze) dias, após a indicação dos representantes do setor não governamental, o Executivo efetuará a nomeação de todos os Conselheiros e de seus respectivos suplentes, convocando-os, de imediato, para a referida posse e eleição da Diretoria.

**Art. 25.** O CMDPD deverá elaborar o Regimento Interno do CMDPD/São José de Espinharas/PB, pelos seus membros no prazo de 60 (sessenta) dias após a posse da Diretoria.

## **CAPÍTULO IV**

### **Do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São José de Espinharas/PB**

**Art. 26.** Fica criado o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência FMDPD/São José de Espinharas/PB, instrumento de suporte financeiro para implementação de programas e projetos com o objetivo de viabilizar o funcionamento da política de atendimento à pessoa com deficiência.

**Parágrafo Único.** O FMDPD/São José de Espinharas/PB será administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, na pessoa do secretário(a), juntamente com o presidente do CMDPD, aos quais competem:

I - elaborar e executar o plano de aplicação dos recursos FMDPD/São José de Espinharas/PB;

**II** - autorizar o pagamento de despesas com a execução do Plano de aplicação do FMDPD/São José de Espinharas/PB;

**III** - celebrar convênios, contratos e instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais nos âmbitos Municipal, Estadual, Federal e internacional;

**IV** - prestar contas dos recursos aplicados, mediante demonstrativo e/ou balancetes mensais, anuais ou quando for solicitado.

**Art. 27.** São receitas do FMDPD/São José de Espinharas/PB:

**I** - dotações orçamentárias do Município, a serem repassadas pelo Poder Executivo;

**II** - contribuições, doações e legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

**III** - recursos financeiros oriundos da União, dos Estados, dos Municípios e de órgãos e entidades públicas, recebidos diretamente ou por meio de convênios;

**IV** - recursos financeiros oriundos de organismos internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de convênios;

**V** - rendas provenientes da aplicação de seus recursos no mercado de capitais; **VI** - outras receitas provenientes de fontes aqui não explicitadas.

**§1º.** As receitas descritas neste artigo serão obrigatoriamente depositadas em conta corrente bancária específica a ser aberta para esse fim, em instituição bancária oficial, em nome do FMDPD/São José de Espinharas/PB.

**§2º.** Os recursos do FMDPD/São José de Espinharas/PB não poderão ser utilizados para:

**I** - pagamento de vencimentos ou remuneração, a qualquer título, de funcionário ou servidor público, bem como para financiamento ou custeio de despesas correntes da Administração Direta ou Indireta, ressalvadas as despesas correntes vinculadas aos objetivos do Fundo;

**II** - contratação ou utilização de pessoal, não servidor público, para atividades de operação ou relacionadas aos serviços do FMDPD/São José de

Espinharas/PB, exceto para contratação de empresas de consultorias ou afins para cumprimentos dos objetivos do Fundo;

**Art. 28.** O orçamento do FMDPD/São José de Espinharas/PB levará em conta as metas e o programa aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**§1º.** O Plano de Aplicação dos recursos financeiros do FMDPD/São José de Espinharas- PB deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**§2º.** O Plano de Aplicação do Fundo evidenciará as diretrizes e programas da política de atendimento a pessoas com deficiência.

**§3º.** O orçamento do Fundo, que integrará em dotação específica o orçamento geral do Município, observará na sua elaboração e na sua execução os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

**§4º.** Obedecida a legislação em vigor, quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades próprias, os recursos do Fundo deverão ser aplicados no mercado de capitais de acordo com a posição das disponibilidades financeiras aprovadas pelo o Conselho Municipal de Defesa e Direitos da Pessoa com Deficiência de São José de Espinharas, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados serão a ele revertidos.

**Art. 29.** A contabilidade e a prestação de contas FMDPD/São José de Espinharas/PB será feita pelos métodos e padrões estabelecidos na legislação pertinente.

## **CAPÍTULO V**

### **Disposições Finais**

**Art. 30.** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 31.** O Poder Executivo regulamentará, no que couber, o disposto nesta Lei.

**Art. 32.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José de Espinharas, Estado da Paraíba,  
21 de setembro de 2022.



**Antonio Gomes da Costa Netto**  
Prefeito Constitucional